

CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 959

(Institui a Junta de Recursos Fiscais)

A Câmara Municipal de Jacareí decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Artigo 1º) Fica criada uma Junta de Recursos Fiscais, para julgar os recursos interpostos pelos contribuintes de Municípios dos atos e decisões sobre matéria fiscal, praticados por força de suas atribuições, pela chefia de órgão fazendário da Prefeitura.

Artigo 2º) A Junta de Recursos Fiscais composta de seis membros, sendo três (3) representantes dos contribuintes e três (3) representantes da Prefeitura, todos nomeados pelo Prefeito, com mandato de dois anos, que poderá ser renovado, observados, sempre, os §§ deste artigo. Da mesma forma, serão nomeados seis suplentes para servirem quando convocados, na falta ou impedimento dos membros efetivos.

§ 1º) Os representantes dos contribuintes, tanto efetivos como suplentes serão recolhidos pelo Prefeito dentre nomes integrantes de entidades representativas de comércio, da indústria e da agricultura, se houver, ou dentre os maiores contribuintes de impostos municipais.

§ 2º) Os representantes da Prefeitura, tanto os efetivos como os suplentes, serão de livre nomeação do Prefeito e escolhidos dentre funcionários municipais versados em assuntos fazendários.

§ 3º) A Junta elegerá, anualmente, seu Presidente e Vice-Presidente, dentre os membros efetivos, sendo permitida a reeleição.

Artigo 3º) A posse dos membros da Junta de Recursos Fiscais se realizará mediante termo lavrado em livro de atas da Junta, ao se instalar esta, ou posteriormente, quando ocorrer a substituição de alguns deles, perante o seu Presidente.

Artigo 4º) Perde o mandato o membro que deixar de comparecer às sessões por três vezes consecutivas, sem motivo justificado; em se tratando de representante da Prefeitura, e sendo ele servidor Municipal, a perda do mandato, por essa razão, constituirá falta de exação ao cumprimento do dever e deverá ser anotada em sua vida funcional.

Artigo 5º) A função de membro da Junta de Recursos Fiscais não será remunerada, constituindo serviço público relevante.

Artigo 6º) A Junta de Recursos Fiscais reunir-se-á em local, dia e hora designados pelo Presidente, em comunicação feita a cada

CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 959 - CONTINUAÇÃO

membre com a antecedência de, pelo menos, 48 horas, não podendo as reuniões ser realizadas com intervalo menor de cinco dias, uma da outra.

Artigo 7º) O Prefeito designará um funcionário para secretariar os trabalhos da Junta.

Artigo 8º) A Junta de Recursos Fiscais cabe tomar conhecimento e decidir apenas dos recursos que versem sobre os atos e decisões de que trata o capítulo V, do título II, do Código Tributário do Município, observados os prazos e demais normas previstas.


Artigo 9º) O funcionamento e ordem dos trabalhos da Junta de Recursos Fiscais reger-se-ão pelas normas contidas nos Capítulos, VI e X do título II do Código Tributário do Município.

Artigo 10º) Fica o Prefeito Municipal autorizado a baixar o regulamento necessário à execução da presente lei.

Artigo 11º) Revogadas as disposições em contrário, entrará esta lei em vigor na data de sua publicação.

Mando, portanto, a quem o conhecimento da presente lei competir, que a executem e façam executar fiel e inteiramente como nela se contém.

P. MUNICIPAL DE JACAREÍ, 18 de dezembro de 1964.


JOSÉ CHRISTÓVÃO AROUCA
PREFEITO MUNICIPAL